
LIVRO-TESTEMUNHO

ANTES QUE DESTRUAM MEU NOME

Um livro-testemunho sobre *violência patrimonial* e a coragem de dizer a verdade.

2026



LIVRO-TESTEMUNHO



ANTES QUE *DESTRUAM* MEU NOME

Um livro-testemunho sobre violência patrimonial e verdade

2026

Todos os direitos reservados

NOTA DA AUTORA

Este livro nasce como testemunho, defesa e alerta. Não pretende substituir qualquer investigação, processo ou decisão das autoridades competentes. Pretende contar, pela minha voz, a história de uma mulher que demorou a reconhecer a violência porque ela vinha de dentro da própria família.

Escrevo para que a verdade não seja soterrada, para que a vergonha não permaneça com a vítima e para que outras mulheres reconheçam, antes que seja tarde, os sinais de uma violência que muitas vezes começa disfarçada de amor, confiança e proteção.

Escrevo também porque sou advogada — mais de vinte anos dedicados à proteção de mulheres vítimas de violência — e porque compreendi, da forma mais dolorosa possível, que o conhecimento jurídico não nos torna imunes ao abuso. Que a teoria não blinda o corpo. Que uma mulher pode saber, em abstrato, como funciona cada ciclo de violência, e ainda assim demorar anos para reconhecer o que está acontecendo com ela.

Escrevo porque sei que, enquanto eu escrevo, há outra mulher sentada na própria cama, em crise de pânico, tentando entender como chegou até ali. Há outra mulher olhando para documentos que

assinou sem ler, para dívidas que não contraiu, para um nome que foi usado sem que ela tivesse plena consciência do que estava sendo feito. Há outra mulher tentando nomear o que sente, sem encontrar palavras que caibam no tamanho da dor.

Este livro é para ela. E é para mim.

CAPÍTULO UM

A CAMA, O MEDO E A PROFECIA



Estou sentada na minha cama, em meio a uma crise de pânico. Mal consigo me mover. O ar me falta, a cabeça dói e o estômago embrulha. Meu corpo inteiro parece ter entendido, antes de mim, que cheguei ao limite. Há um peso sobre o peito, uma exaustão antiga, uma sensação de que tudo o que construí pode ruir a qualquer momento — não porque eu tenha cometido os crimes dos quais hoje tenho medo de ser acusada, mas justamente porque me recusei a continuar sendo parte de uma engrenagem que nunca deveria ter existido.

Mesmo em meio a tanta dor, resta-me uma coisa: escrever. Escrevo porque talvez esta seja a única forma de organizar o caos, porque preciso deixar registro e porque, antes que tentem contar a minha história por mim, preciso contá-la com a minha própria voz. Escrevo, principalmente, para alertar mulheres, para que nenhuma

delas chegue aonde eu cheguei e para que nenhuma confunda proteção com domínio, amor com obediência, confiança com cegueira.

Escrevo para que nenhuma mulher entregue sua vida, sua carreira, sua assinatura, seus documentos, sua reputação e sua paz a alguém apenas porque aprendeu, desde cedo, que amar também significava obedecer. Essa talvez seja uma das armadilhas mais cruéis do abuso: ele nem sempre se apresenta como violência. Às vezes, ele se apresenta como cuidado, como família, como orientação, como proteção e como uma confiança que não permite perguntas.

Hoje, o que me paralisa é o medo: medo de ser presa por crimes que não cometi, medo de perder a reputação que construí ao longo de mais de vinte anos atuando na proteção de mulheres vítimas de violência, medo de perder minha fonte de renda, meu trabalho, meu nome e minha história profissional. Tenho medo de ver uma vida inteira ser reduzida à versão de quem me feriu.

Todos os outros medos, de alguma forma, eu já enfrentei. Dos sete aos quarenta e três anos de idade, sobrevivi a abusos que quase me tornaram inquebrável. Quase, porque existe uma diferença entre sobreviver e não sentir. Eu sobrevivi, sim, mas o corpo sente, a memória sente e a dignidade sente. Às vezes, mesmo depois de tantas batalhas, a mulher que todos imaginam forte desaba sentada na própria cama, tentando apenas respirar.

O motivo da minha dor não nasceu hoje. O que me trouxe até aqui começou muito antes desta crise, muito antes deste quarto e muito antes deste medo de perder tudo. Para que minha reputação não seja julgada apenas pela narrativa de outras pessoas, preciso voltar um pouco na história e mostrar como cheguei a este ponto, porque nenhuma violência aparece inteira de uma vez. Ela se constrói por camadas, por concessões, por silêncios e por pequenas obediências que, no começo, parecem inofensivas.

Há dois anos, montei meu escritório sozinha, depois de trabalhar por mais de quinze anos ao lado do meu pai. Saí porque cheguei ao limite e porque fui expulsa por ele quando me recusei a aceitar aquilo que, para mim, já estava claro: eu não seria parceira de seus crimes. Não tenho dúvida do que ele cometeu contra mim. Tenho provas, boletim de ocorrência, memória, documentos e as marcas invisíveis de quem demorou anos para compreender que nem todo abuso chega gritando.

Alguns abusos chegam vestidos de cuidado; outros chegam com sobrenome, autoridade, dinheiro, promessa de proteção e uma história inteira de confiança construída dentro da família. A proposta dele foi clara: ou eu aceitava o abuso e permanecia ao lado dele, ou eu iria embora. Não precisei de três segundos para decidir. Fui embora, e confesso que a decisão foi mais fácil do que eu imaginava, talvez porque, naquele momento, algo em mim já soubesse que permanecer seria morrer por dentro.

Talvez eu tenha conseguido sair porque passei anos ajudando mulheres a deixarem relações abusivas e conhecia bem o roteiro da destruição. Eu sabia que ele tentaria me atingir, que tentaria me descredibilizar e que, quando uma mulher deixa de obedecer, muitas vezes o agressor não aceita apenas a partida; ele tenta destruir a fugitiva. Eu sabia o caminho, sabia que a violência contra a mulher mata, sabia que sair é perigoso e sabia que romper com um abusador não significa o fim imediato do abuso.

Muitas vezes, é justamente depois da ruptura que começa a fase mais cruel: a perseguição, a ameaça, a tentativa de destruição moral, financeira e profissional. Eu sabia de tudo isso, mas, ainda assim, uma parte de mim acreditava que comigo seria diferente. Não porque eu fosse ingênua, mas porque ele era meu pai, e esta talvez seja uma das partes mais difíceis de escrever.

Amar meu pai sempre foi algo relativamente simples para mim. Ele me deu segurança material, conforto e uma vida de privilégios financeiros. Vi meu pai trabalhar doze horas por dia para garantir que eu, minha mãe e meus dois irmãos tivéssemos o conforto que ele não teve na infância. Durante muito tempo, enxerguei nele a figura do homem trabalhador, honesto e provedor; o homem que venceu pela força do próprio esforço, sustentava a família e, à sua maneira, parecia nos proteger do mundo.

Não posso dizer que tive um pai amoroso no sentido terno da palavra, mas aprendi muito cedo que amor e abuso podiam morar na mesma casa. Talvez tudo tenha começado com uma frase da minha mãe, dita como conselho, regra de sobrevivência e manual de convivência familiar: "Faça tudo o que seu pai quiser. Assim, ele será sempre bom para você." Essa sentença me acompanhou até a vida adulta e moldou a forma como eu entendia amor, segurança e obediência.

Eu não sabia, quando criança, que aquela frase plantava em mim a semente da obediência absoluta. Eu não sabia que estava aprendendo a medir minha segurança pela minha capacidade de agradar. Eu não sabia que, ao fazer tudo o que ele queria, deixava de perguntar o que eu queria, o que eu pensava, o que eu aceitava e o que eu recusava. Cresci acreditando que questionar meu pai era perigoso, que contrariá-lo era provocar sua fúria e que a paz da casa dependia da minha submissão.

Então eu obedeci. Obedeci quando casei porque havia engravidado. Obedeci quando assinei documentos cujo teor eu não conhecia. Obedeci quando minha intuição dizia para parar, mas minha educação inteira dizia para confiar. Obedeci quando o medo falava mais alto que a razão. Obedeci porque, durante muito tempo, desobedecer parecia uma forma de perder o amor, a proteção e o lugar que eu ocupava naquela família.

O medo sempre caminhou ao lado desse amor. No começo, era o medo infantil de ele não gostar de algo que eu fizesse. Depois, tornou-se o medo de decepcioná-lo. Mais tarde, o medo de não corresponder às suas expectativas. Na vida adulta, o medo ganhou outra forma: o medo de não ganhar dinheiro suficiente, de não ser a profissional que ele queria e de não atender às metas invisíveis que ele colocava sobre mim.

Junto com o medo, havia a confiança — uma confiança quase religiosa. Durante muito tempo, eu confiei mais no meu pai do que em Deus. Ele era meu porto seguro, a pessoa que, por amor e por medo, eu jamais tive coragem de questionar. Eu não desconfiava dele porque desconfiar parecia uma traição. E como uma filha poderia trair o homem que sustentou sua casa, pagou suas contas, garantiu seu conforto e trabalhou a vida inteira pela família?

Essa era a armadilha perfeita. A minha vida ao lado dele foi uma receita precisa para o abuso prosperar: amor, medo, dinheiro, obediência, gratidão, culpa e confiança absoluta. Hoje, olhando para trás, entendo que o abuso não começou quando eu fui embora; o abuso apenas ficou impossível de negar. Enquanto eu obedecia, ele era bom para mim. Enquanto eu aceitava, havia paz. Enquanto eu assinava, concordava, produzia, entregava, silenciava e permanecia, eu ainda era filha, parceira, profissional e orgulho da família.

Mas, quando eu disse não, tudo mudou. O não foi a minha libertação e também foi o início da guerra. Agora estou aqui, nesta cama, com o corpo em pânico e a mente tentando juntar os pedaços da mulher que fui com a mulher que ainda preciso ser. Tenho medo do que pode ser a minha vida sem a figura do meu abusador ao meu lado. Tenho medo de enfrentar sozinha aquele que, por tantos anos, foi meu porto seguro. Tenho medo de descobrir que o homem que eu mais amei também pode ser aquele que mais desejará me destruir.

Mas talvez o maior medo seja este: perceber que, durante muito tempo, chamei de proteção aquilo que era controle, chamei de amor aquilo que vinha acompanhado de medo e chamei de confiança aquilo que me impedia de enxergar. Agora, sentada nesta cama, cercada por documentos, memórias, provas, boletins de ocorrência e pedaços de uma história que eu mesma demorei a compreender, preciso fazer a única coisa que ainda está ao meu alcance: escrever.

Escrever antes que destruam meu nome, antes que apaguem minha versão, antes que transformem minha recusa em culpa e antes que a minha história seja usada contra mim. Eu começo este livro pelo fim porque foi no fim que eu finalmente entendi o começo. E, se hoje o meu abusador se tornou meu maior inimigo, resta uma pergunta que ainda ecoa dentro de mim: será que ele

cumprirá a profecia de destruir a minha vida, ou será que, ao contar a verdade, sou eu quem finalmente destruo o poder que ele teve sobre mim?

CAPÍTULO DOIS

O DIA EM QUE EU DISSE NÃO



Eu nunca tive medo de agressor nenhum, e talvez tenha sido exatamente por isso que demorei tanto para reconhecer o meu. A advocacia sempre foi um caminho certo para mim. Desde muito cedo, eu soube que queria ajudar pessoas, resolver problemas e buscar justiça onde parecia não haver saída. Nunca tive medo quando o assunto eram meus processos. O fórum, as audiências, os embates, os conflitos, as ameaças, as grandes empresas e os homens poderosos nunca me paralisaram; ao contrário, quanto mais difícil era a causa, mais sentido ela fazia para mim.

Ser uma advogada bem-sucedida parecia uma parte natural da minha vida. Eu advogava com a certeza de quem está cumprindo um propósito. Não era apenas profissão, era vocação, missão e o lugar onde minha coragem encontrava utilidade. Talvez por isso eu tenha me envolvido, com tanta tranquilidade, em casos perigosos,

beligerantes e complexos. Não demorou muito para que minha atuação profissional ultrapassasse a cidade onde eu vivia e alcançasse o Brasil inteiro.

Na busca por justiça, nunca medi esforços para alcançar os objetivos dos meus clientes. Comecei jovem, advogando contra algumas das maiores empresas do país, sempre ao lado do trabalhador. Eu via homens e mulheres adoecidos, explorados e descartados depois de anos entregando o corpo a ambientes de trabalho precários, sem ergonomia, sem cuidado e sem humanidade.

Foi nesse caminho que denunciei um esquema de corrupção e venda de laudos periciais envolvendo uma das maiores empresas do mundo no ramo da metalurgia. A lógica era cruel: trabalhadores adoeciam em razão das más condições de trabalho e, quando buscavam a Justiça, o laudo que deveria ser técnico, médico e isento já havia sido comprado. No papel, o trabalhador não havia adoecido ali; na prática, saía demitido, doente e sem indenização.

Quando percebi o esquema, denunciei. As investigações concluíram aquilo que eu já desconfiava. A fraude foi descoberta, processos que antes pareciam perdidos ganharam outro destino e dezenas de trabalhadores passaram a ter a chance de receber as indenizações que lhes haviam sido negadas. Aquilo, para mim, era

advocacia em estado puro: enxergar o que tentavam esconder, sustentar o que queriam silenciar e devolver dignidade a quem havia sido esmagado por estruturas muito maiores do que ele mesmo.

Durante muitos anos, fui feliz no Direito do Trabalho. Eu defendia empregados, defendia gente que quase sempre chegava ao meu escritório com medo, vergonha, exaustão e a sensação de que não teria força para enfrentar uma empresa. Eu tinha força por eles, comprava a briga, acreditava nos casos, estudava, escrevia, argumentava e não recuava.

Com as mudanças que transformaram profundamente o Direito do Trabalho, fui percebendo que aquele caminho já não era o mesmo. A proteção ao trabalhador, que sempre havia dado sentido à minha atuação, começou a se tornar mais estreita, mais difícil e mais injusta. Foi então que migrei para a área da violência contra a mulher e do Direito de Família.

Estudei muito, trabalhei como voluntária e advoguei pro bono para centenas de mulheres que viviam relacionamentos abusivos. Ouvi histórias que atravessavam o corpo. Histórias de mulheres perseguidas, humilhadas, ameaçadas, isoladas, violentadas financeiramente e destruídas emocionalmente por homens que, muitas vezes, diante da sociedade, eram vistos como bons pais, bons maridos, bons profissionais e homens de reputação intacta.

Com o tempo, tornei-me referência na área e, novamente, atribuo boa parte do meu sucesso à ausência total de medo do agressor, quem quer que ele fosse. Meu primeiro caso de violência doméstica começou com uma denúncia de vizinhos. A vítima era uma mulher colombiana, brutalmente agredida dentro de casa. Eu a acolhi, atuei para garantir a prisão do agressor e ajudei a viabilizar seu retorno ao país de origem.

O que eu não sabia, naquele momento, era que aquele homem era um traficante internacional de drogas, procurado pela polícia, e que acabou sendo preso por causa da violência doméstica. Meu ato de coragem me rendeu anos de cartas vindas da prisão — cartas dele, cartas de ameaça, cartas de um homem que tentava me intimidar porque eu havia protegido a mulher que ele escolheu destruir.

Aliás, recebi muitas cartas de agressores das minhas clientes. Homens que prometiam vingança, que tentavam me assustar, que escreviam o ódio que sentiam por uma mulher que ousava defender outra mulher. Eu lia, guardava e seguia, porque recuar nunca me pareceu uma opção quando a vida de alguém dependia da minha coragem.

A coragem também me levou a casos emblemáticos. Advoguei pelo meu próprio filho, vítima de racismo, em um caso que se tornou pioneiro e reconhecido na discussão sobre responsabilização de alunos por atos racistas dentro de escolas. A

partir dali, minha atuação também ganhou força nessa seara. Dei dezenas de palestras em escolas públicas e particulares, levando minha voz para crianças, adolescentes, famílias e educadores, tentando evitar que violências fossem naturalizadas dentro dos espaços que deveriam proteger.

Depois vieram outros casos, novos enfrentamentos e um livro sobre como combater o racismo nas escolas. Mais uma vez, minha coragem me empurrava para frente. Ela me levou também a denunciar e processar homens muito poderosos: homens na polícia, no Poder Judiciário, no Ministério Público, na Defensoria, em cargos de prestígio, com dinheiro, influência, reconhecimento e reputação. Homens que, fora de casa, eram tratados com deferência, mas que, dentro de casa, eram agressores.

Lembro com clareza do desespero de algumas clientes ao me pedirem cuidado. Elas me alertavam, diziam que eu também seria perseguida por defendê-las, que aqueles homens eram perigosos, que tinham contatos, poder, dinheiro e influência. Diziam que eu não sabia com quem estava mexendo. E eu me lembro, com a mesma clareza, da quase ironia que surgia dentro de mim, acompanhada de um pensamento que eu não dizia em voz alta: imagina se eu tenho medo de alguém.

No fundo, agressores nunca me assustaram. Eu sempre reconheci o agressor como alguém com poder profundo de destruir a vida das vítimas que escolhe. Eu sabia que eles eram

perigosos, sabia que eram capazes de mentir, manipular, ameaçar, perseguir, inverter histórias e transformar a vítima em culpada, mas eu não tinha medo deles. Até hoje, prefiro não atribuir a eles certos eventos danosos da minha vida, talvez porque, se eu os temer, não consiga ser a melhor advogada para combatê-los. Talvez porque uma parte de mim ainda precise rir internamente de todos eles para continuar de pé.

A coragem era minha melhor amiga e me levou muito longe, mas toda moeda tem duas faces. Foi essa mesma coragem, a que me alavancou, que também sufocou o medo que eu deveria ter sentido quando estava ao lado do meu próprio abusador. Foi ela que me impediu de perceber a urgência de tudo aquilo que me envolvia. Foi ela que me fez acreditar que eu reconheceria qualquer agressor, menos aquele que tinha o meu sangue, o meu sobrenome, a minha confiança e a minha história.

Eu via agressores em todos os lugares, mas não via o meu pai. Talvez porque, para mim, ele não fosse apenas um homem. Ele era meu mestre, minha inspiração, meu porto seguro, o homem que havia trabalhado a vida inteira, que me deu conforto, que me ensinou, de alguma forma, a amar a advocacia. Era o homem ao lado de quem trabalhei por mais de quinze anos e em quem eu confiava mais do que em qualquer outra pessoa.

Foi pela coragem e pela confiança que jamais acreditei que aquele homem, que eu via como honesto, pudesse me usar dentro de uma engrenagem eticamente duvidosa. Jamais imaginei que meu nome, meu patrimônio, minha carreira e minha reputação pudessem ser usados para sustentar aquilo que ele queria. Em algum momento, eu deixei de ser filha e passei a ser peça: uma peça necessária, essencial, útil, que assinava, avalizava, transferia, recebia, confiava e obedecia, permitindo que ele chegasse aonde queria, não importando o quanto isso me expusesse, me machucasse ou me prejudicasse.

Ainda tenho muita dificuldade de entender como uma advogada especialista em violência de gênero pôde entregar todo o seu patrimônio a um homem. Como eu assinava documentos sem ler, como transferia e recebia valores sem entender origem e destino, como avalizava, em meu nome, empréstimos milionários que jamais poderia pagar, como via meus bens serem vendidos sem receber o dinheiro por eles, como via minha assinatura ser falsificada e, ainda assim, demorava a questionar. A pergunta que me atravessa é simples e brutal: onde eu estava?

Qual era o véu sobre os meus olhos e o que me impedia de ver o abuso? Ainda não sei responder completamente, mas preciso me aprofundar nessa pergunta. Preciso entender e explicar o mecanismo que envolve mulheres em relações abusivas, porque, se aconteceu comigo, que passei anos estudando, acolhendo e

defendendo mulheres vítimas de violência, pode acontecer com qualquer mulher. Talvez essa seja uma das verdades mais difíceis deste livro.

Não existe um marco exato para o momento em que deixei de ser filha e passei a ser vítima, porque a violência raramente começa anunciando seu nome. Ela começa baixa, quase silenciosa. Começa como favor, cuidado, orientação, praticidade e confiança. Começa com uma assinatura aqui, uma conta ali, uma autorização, uma movimentação, uma explicação rápida demais para ser compreendida. Começa como algo que parece normal dentro de uma relação em que questionar nunca foi permitido.

Aos quinze anos, meu pai já abriu conta em meu nome. Mais tarde, quando eu sequer morava no Brasil, abriu empresa em meu nome, com conta bancária e movimentação de valores que eu jamais soube exatamente a que se referiam. Na época, nada disso me parecia violência; parecia apenas meu pai resolvendo coisas. Parecia gestão, confiança e família.

Assim como toda violência, ela foi se infiltrando. Pequena, quase imperceptível, disfarçada de rotina. Depois cresceu, ganhou corpo, ganhou frequência, ganhou números, contratos, empréstimos, cobranças, senhas, extratos, imóveis, vendas e dívidas. Quando percebi, já estava tomada por todos os lados.

O ciclo também tinha sua parte boa, como quase sempre tem. Havia elogio, reconhecimento e sensação de pertencimento quando tudo era feito da maneira que ele queria. Quando eu obedecia, era valorizada. Quando concordava, era competente. Quando assinava, era confiável. Quando não perguntava, era filha. Seguindo o conselho da minha mãe, até os quarenta anos de idade, eu jamais havia dito um não ou perguntado um porquê ao meu pai; afinal, ele era meu mestre, minha inspiração e meu porto seguro.

As coisas começaram a soar estranhas quando passei a ser cobrada por clientes sobre valores de seus processos que não estavam sendo repassados. Em décadas de profissão, eu nunca havia visto meu pai agir daquela forma. Aquilo não combinava com a imagem que eu tinha dele, não combinava com o profissional que eu acreditava conhecer e não combinava com o homem em quem eu confiava. Quando o questionei, ele respondeu de forma seca: "Peça para o cliente tratar desse assunto comigo. O escritório é meu, o cliente é meu e eu decido como farei."

Achei estranho, mas não havia absolutamente nada no meu histórico emocional que me autorizasse a crer que meu pai não pagaria um cliente. A filha em mim ainda era mais forte do que a advogada, e a confiança ainda era maior do que a dúvida. Então fiz exatamente aquilo que ele determinou.

As cobranças se intensificaram, e a violência dele comigo também. Pouco a pouco, o pai foi desaparecendo. Em seu lugar, surgiu um algoz: um homem que me pedia senhas dos meus bancos e extratos das minhas contas pelo menos duas vezes por dia. O dinheiro virou uma obsessão — o dinheiro dele, o meu e o de quem quer que fosse.

Ele passou a pedir dinheiro emprestado a todas as pessoas do nosso entorno. Eu achava curioso o quanto ele não parecia sentir vergonha disso, mas ainda assim o justificava. Dizia para mim mesma que ele havia tido uma vida próspera, que certamente devolveria o dinheiro, que devia haver uma explicação, uma estratégia ou uma razão que eu ainda não compreendia. Eu sempre encontrava uma forma de protegê-lo dentro da minha cabeça.

Enquanto isso, ele comprava fazendas, carros, mansão e viagens, e aquilo o fazia feliz. Financiei em meu nome tudo o que ele pediu. Em uma ocasião, a pessoa que cuidava das finanças dele o questionou se ele não me agradeceria. A resposta veio sem afeto, sem constrangimento e sem qualquer sinal de preocupação comigo: "Ela é louca de assinar isso por mim. Eu jamais faria isso por ela."

Naquele exato momento, algo se rompeu. Foi a primeira vez que compreendi, com uma clareza brutal, que eu estava sofrendo abuso. Não havia reciprocidade, gratidão, proteção ou

preocupação. Havia interesse, apenas interesse em manter as coisas funcionando exatamente como ele queria.

Naquele dia, comecei a pensar no meu primeiro não e no meu primeiro porquê. Eu ensaiava mentalmente, criava mil cenários na cabeça, imaginava a conversa, a reação dele, as minhas palavras, a possibilidade de ser firme e a possibilidade de não recuar. Mas, mesmo com todas as histórias inventadas pela minha mente, eu só consegui fazer isso à distância e com uma rede de apoio insistindo em me alertar sobre os riscos que eu estava correndo.

Não posso deixar de agradecer às dezenas de mulheres que me procuravam com suas histórias. Sem saber, elas me salvaram. Enquanto eu reconhecia na vida delas todas as violências que sofriam, começava a transpor aquelas histórias para a minha. Eu as ouvia falar sobre controle financeiro, chantagem, medo, manipulação, inversão de culpa, destruição patrimonial, isolamento, ameaças e dependência, e algo dentro de mim começava a compreender que a violência que eu nomeava na vida delas também existia na minha.

Aos poucos, comecei a entender que aquele homem que destruía minha vida, meu dinheiro, meu nome e meu patrimônio já não podia mais ser visto apenas como meu pai. Essa constatação era quase insuportável, porque reconhecer o abuso em um cliente, em

um marido, em um ex-companheiro ou em um agressor qualquer era uma coisa. Reconhecer o abuso no homem que me criou era outra completamente diferente.

A todo momento em que tentei pedir ajuda, a resposta dele era a mesma: se não fosse do jeito dele, eu poderia ir embora. Se eu não confiasse cegamente nele, nossa relação poderia deixar de existir. Confiança, para ele, não era vínculo; era submissão.

Precisei da minha rede de apoio para acreditar que ele realmente me mandaria embora do escritório onde trabalhei com ele por tantos anos. Precisei ainda mais de apoio para acreditar que, se eu não aceitasse o abuso e a violência dele, eu poderia esquecer que ele era meu pai. Porque uma filha demora a acreditar que o amor pode ter condições tão cruéis. Demora a acreditar que, para continuar existindo naquela relação, precisaria se apagar. Demora a entender que algumas famílias não expulsam o corpo primeiro: expulsam a vontade, a dúvida, a autonomia e a coragem de perguntar.

Até que um dia ouvi a frase que encerrou qualquer ilusão: "Não preciso de uma filha. Ou você é minha parceira de crime, ou você some." A frase está gravada. Ainda assim, até hoje, crio cenários para tentar me enganar. Tento imaginar que não foi isso que ele quis dizer, tento suavizar, reinterpretar e deslocar a dor para algum lugar mais suportável. Tento, como tantas vítimas fazem, encontrar uma explicação menos cruel para a violência que ouvi.

Mas há frases que não permitem tradução e há frases que mostram a verdade nua. Naquele momento, entendi que a escolha que ele me dava não era uma escolha, era uma sentença. Ou eu aceitava o abuso e permanecia, ou eu iria embora. Não precisei de três segundos para decidir: eu disse não e fui embora.

Agora preciso voltar para a minha cama, para o meu medo e para o meu estado de alerta, porque sair não encerrou a violência; apenas inaugurou outra fase. Descobri que meu pai, o mesmo homem que destruiu minha vida financeira, tenta agora destruir minha reputação. Tenta atribuir a mim condutas dele, mesmo que documentos, extratos bancários, conversas de WhatsApp e contratos demonstrem o contrário.

Como o abusador que tenta convencer que a marca no corpo da vítima foi acidente, como o agressor que transforma a dor da mulher em mentira e como o homem que inverte a história para continuar parecendo inocente, ele pretende agora imputar a mim as condutas que foram dele. Não para esclarecer a verdade, mas para me destruir.

E talvez essa seja uma das formas mais sofisticadas da violência: depois de usar a vítima, acusá-la de ter sido autora da própria destruição. Depois de tomar sua confiança, dizer que ela consentiu. Depois de se beneficiar da obediência, chamar essa obediência de escolha. Depois de conduzir cada passo, apontar para as pegadas dela no chão e dizer que foi ela quem caminhou sozinha.

Mas destruir mulheres é algo antigo, e me destruir também. Há muito tempo homens tentam me destruir. Homens tentaram me intimidar com cartas vindas da prisão, homens poderosos tentaram me calar, homens influentes tentaram me assustar e homens violentos tentaram fazer com que eu recuasse. De alguma forma, cada tentativa sempre me deixou mais forte, mas desta vez havia uma diferença que eu não podia ignorar.

Desta vez, o agressor não era o homem desconhecido do outro lado do processo. Não era o marido da cliente, o empresário corrupto, a autoridade violenta ou o agressor que escrevia cartas da prisão prometendo vingança. Desta vez, o homem que tentava me destruir era o mesmo que um dia eu chamei de pai, mestre, inspiração e porto seguro.

Talvez seja por isso que este não tenha sido apenas o dia em que eu disse não. Foi o dia em que perdi a última ilusão. Foi o dia em que entendi que sair de uma relação abusiva não é apenas atravessar uma porta. Às vezes, é abandonar uma vida inteira de obediência. Às vezes, é aceitar que a pessoa que prometia proteção também era a fonte do perigo.

Às vezes, é olhar para trás e perceber que o abuso não começou no grito, na ameaça ou na expulsão. Começou muito antes. Começou quando eu ainda era menina e aprendi que, para ser amada, precisava obedecer. Começou quando o silêncio parecia

mais seguro do que a pergunta. Começou quando o medo entrou na minha vida antes mesmo que eu tivesse idade para nomeá-lo, e é para essa menina que agora eu preciso voltar.

CAPÍTULO TRÊS

A MENINA QUE APRENDEU A SE CALAR



É difícil entender quando a violência se instala na vida de uma mulher. Às vezes, procuramos um marco exato, uma data, uma cena definitiva, uma lembrança que explique todas as outras. Gostaríamos de poder dizer: foi ali que começou. Foi naquele dia. Foi naquela frase. Foi naquele gesto. Mas a violência raramente se apresenta de maneira tão organizada. Muitas vezes, ela entra pequena, silenciosa, quase sem nome, e passa a morar dentro da gente antes mesmo que tenhamos idade suficiente para compreender o que está acontecendo.

Quando olho para trás, minha memória me leva aos sete anos de idade. Eu tinha sete anos quando a violência entrou na minha vida de uma forma que nenhuma criança deveria conhecer. Naquela idade, eu ainda não tinha palavras suficientes para nomear o que acontecia. Eu não tinha repertório, não tinha defesa, não tinha maturidade para entender que algo errado havia sido feito

contra mim. Eu tinha apenas o corpo, o medo e a sensação de que alguma coisa havia sido quebrada antes mesmo que eu pudesse entender o que era proteção.

Ninguém me protegeu. Essa talvez seja uma das frases mais difíceis de escrever, porque ela não fala apenas sobre a violência em si. Ela fala sobre o depois. Fala sobre o silêncio ao redor. Fala sobre a solidão de uma criança que passa por algo que não consegue explicar e, ainda assim, precisa continuar existindo como se nada tivesse acontecido. Fala sobre crescer carregando uma dor que ninguém vê, uma memória que ninguém acolhe, uma ferida que não encontra testemunha.

Anos depois, quando contei ao meu pai, ele riu. Durante muito tempo, tentei salvar aquele riso dentro de mim. Tentei transformá-lo em outra coisa. Pensei que talvez fosse desconforto, que talvez ele não soubesse lidar com uma história tão pesada, que talvez aquele riso fosse a incapacidade dele de aceitar o próprio erro por não ter me protegido. Eu ainda era filha demais para reconhecer desprezo onde eu precisava desesperadamente encontrar amor.

Hoje, vejo de outro jeito. Hoje, aquele riso me parece desprezo pela minha dor. Não um riso nervoso, não um riso de quem não sabe o que fazer, mas um riso de quem não se permite ser atravessado pelo sofrimento da filha. Talvez porque, no fundo, ele

nunca tenha desejado ocupar verdadeiramente o lugar de pai. Talvez porque ser pai exigisse algo que ele não queria entregar: cuidado, escuta, responsabilidade, proteção.

Mas, voltando aos sete anos, talvez tenha sido ali que comecei a aprender uma das lições mais cruéis da minha vida: sobreviver, muitas vezes, parecia depender do silêncio. Uma criança não compreende a violência como uma adulta compreende. Uma criança sente. Ela sente o medo, a vergonha, a confusão, a ameaça invisível, o desamparo. E, quando não encontra proteção fora de si, inventa formas de continuar viva por dentro.

Foram alguns abusos físicos até eu aprender a me defender deles. Não preciso descrever cada cena para saber que elas existiram. As marcas de uma violência não dependem da memória perfeita dos detalhes. Elas permanecem no corpo, nas reações, nos medos, na forma como alguém se encolhe diante de um tom de voz, na dificuldade de pedir ajuda, na tendência de acreditar que suportar é mais seguro do que reagir.

Eu ainda me lembro das minhas defesas. Em alguns momentos, minha saída era fingir que estava dormindo. Em outros, era abandonar meu próprio corpo com a mente, como se eu pudesse sair de mim mesma por alguns instantes e tentar não existir. Parece estranho dizer isso, mas minha defesa diante do abuso sempre foi

me fazer ausente. Não enfrentar, não reagir, não provocar, não chamar atenção. Era como se, ainda criança, eu tivesse aprendido que desaparecer era uma forma de sobreviver.

Hoje, às vezes, reflito sobre essa contradição que atravessa a minha vida. Sei lutar por qualquer mulher com uma força que parece inesgotável. Sei reconhecer a violência na história das outras. Sei apontar caminhos, nomear abusos, construir estratégias, enfrentar agressores, sustentar processos difíceis, proteger vítimas que chegam até mim sem conseguir respirar. Mas, quando a história é minha, ainda me pergunto por que demorei tanto a lutar por mim mesma. Talvez porque eu tenha aprendido cedo demais que, para mim, lutar não era seguro. Para as outras, eu podia ser coragem. Para mim, eu era silêncio.

Na infância, apesar dos abusos, não consigo dizer que fui uma criança completamente triste. Essa é uma das complexidades da minha história. Meu pai me deu suporte material. Havia conforto, havia casa, havia escola, havia recursos, havia uma vida que, vista de fora, poderia parecer privilegiada. Talvez esse conforto tenha anestesiado muita coisa. Talvez seja mais difícil reconhecer a violência quando ela não vem acompanhada de abandono material. Quando há comida, roupa, escola, viagens e presentes, a criança pode demorar a entender que, ainda assim, pode estar desprotegida.

Durante muitos anos, confundi provisão com cuidado. Confundi conforto com amor. Confundi o fato de nada me faltar materialmente com a ideia de que eu estava sendo protegida. Hoje entendo que uma casa pode oferecer tudo e, ainda assim, falhar no essencial. Pode haver dinheiro e faltar escuta. Pode haver estrutura e faltar colo. Pode haver um pai provedor e, ainda assim, uma menina inteiramente sozinha diante da própria dor.

Enquanto isso, eu assistia, ano após ano, às internações da minha mãe por problemas de saúde mental. Eu era criança e via minha mãe adoecer, desaparecer por períodos, retornar fragilizada, tentar se recompor. Naquele tempo, eu não tinha compreensão suficiente para ligar os pontos. Eu apenas aceitava que minha mãe era alguém que, de tempos em tempos, precisava ser internada. Mais tarde, quando percebi que os surtos cessaram com o divórcio, fui obrigada a olhar para a casa onde cresci não apenas como o lugar do conforto, mas também como o lugar onde algo adoecia silenciosamente as mulheres.

Não sei mensurar o quanto o abuso vivenciado pela minha mãe me tornou a mulher que sou hoje. Não sei medir quanto da minha obediência nasceu de vê-la sofrer. Não sei dizer em que momento aprendi, olhando para ela, que uma mulher pode permanecer onde adoece. Talvez eu tenha aprendido com minha mãe a suportar.

Talvez tenha aprendido com meu pai a obedecer. Talvez tenha aprendido dentro da minha própria casa que a paz dependia de alguém ceder, e quase sempre esse alguém era uma mulher.

Na minha atuação profissional, sempre percebi como os filhos revelam a dimensão de uma relação abusiva. Mulheres com filhos muitas vezes deixam ou permanecem em relações pensando neles. Algumas suportam o abuso acreditando que estão preservando a família. Outras encontram força para sair justamente porque não querem que os filhos cresçam naquele ambiente. Eu sempre alertei minhas clientes sobre isso: uma relação abusiva não atinge apenas a mulher diretamente violentada. Ela atravessa a casa inteira. Ela ensina. Ela molda. Ela deixa marcas nos filhos, nas filhas, na forma como cada um deles aprenderá a amar, a obedecer, a temer ou a repetir.

Meninas que crescem em ambientes abusivos podem aprender que amor vem acompanhado de controle. Meninos podem aprender que poder se exerce pela imposição. Crianças podem aprender que silêncio é sobrevivência, que conflito deve ser escondido, que a dor da mãe é normal, que a autoridade do pai não se questiona. Uma família atravessada por violência e abuso pode se tornar um grande trauma coletivo, ainda que, por fora, pareça funcionar. Eu sei disso como advogada. Mas, antes de saber como profissional, eu soube como filha.

Em uma das interações da minha mãe, meu pai me colocou no lugar de responsável pela casa. Eu era jovem demais para ocupar esse papel, mas recebi aquela função como se fosse um reconhecimento. Enquanto minha mãe cuidava da própria saúde mental, eu assumia responsabilidades que não deveriam ser minhas. Não me dei o luxo de ser criança. Em vez disso, passei a ocupar o lugar da filha que resolve, que cuida, que organiza, que escuta, que acalma, que executa. Em algum lugar dentro de mim, senti orgulho. Eu era necessária. Eu era útil. Eu era escolhida.

A menina ferida encontrou ali uma forma de se sentir importante. Talvez seja cruel admitir isso, mas havia orgulho em ocupar aquele espaço. Enquanto minha mãe estava fragilizada, eu me aproximava do meu pai como se aquela parceria me desse valor. Eu me sentia reconhecida por ele. Sentia que ele precisava de mim. Sentia que, de alguma forma, eu havia sido promovida dentro da própria família. Não percebia que aquilo não era promoção, era deslocamento. Não percebia que eu não estava sendo escolhida para ser amada, mas treinada para ser útil.

Uma filha não deveria ocupar o espaço simbólico da mulher da casa. Uma filha não deveria ser chamada a substituir a mãe em funções emocionais, práticas ou familiares. Uma filha não deveria carregar a responsabilidade de manter a ordem, acalmar conflitos, organizar problemas e sustentar a rotina enquanto os adultos ao seu redor desmoram ou se omitem. Mas, naquela época, eu não

tinha esse olhar. Eu achava que estava amadurecendo. Achava que estava ajudando. Achava que ser indispensável era uma forma de ser amada.

A adolescência consolidou esse lugar. Desde muito cedo, recebi reconhecimento material e simbólico por cuidar da família, por entender as ordens do meu pai, por executar aquilo que ele determinava. Eu funcionava como uma extensão da vontade dele. Ele decidia, eu cumpria. Ele ordenava, eu organizava. Ele queria, eu fazia acontecer. Eu não percebia isso como perda de autonomia. Ao contrário, aquilo me fazia sentir competente, madura, indispensável.

Era uma parceria, ou pelo menos eu acreditava que fosse. Até os meus dezessete anos, quando ele saiu de casa em decorrência de uma das muitas traições contra minha mãe, essa dinâmica já estava completamente instalada. Meu pai havia criado comigo uma aliança que eu interpretava como amor e confiança. Eu era a filha que ele chamava para resolver. A filha que entendia. A filha que estava ao lado dele. A filha que fazia o que precisava ser feito. A filha que, mesmo sem perceber, começava a ocupar um lugar que não era de filha, mas de instrumento.

Com frequência, eu era levada a convencer minha mãe a assinar documentos que ela não queria assinar. Eu acalmava pessoas, mediava conflitos, explicava situações, resolvia problemas. Em vez de questionar por que uma adolescente estava sendo colocada no

centro de questões adultas, eu me sentia feliz e orgulhosa. Eu acreditava que aquilo provava minha importância. Eu acreditava que, se meu pai confiava em mim para aquelas tarefas, era porque eu era especial.

Hoje, vejo que uma criança não deveria se sentir especial por ser usada como ponte entre a vontade de um adulto e a resistência de outro. Uma filha não deveria ser colocada contra a própria mãe. Uma adolescente não deveria ser treinada para convencer, intermediar, sustentar versões e carregar decisões que não eram suas. Mas, naquele tempo, eu não via abuso. Eu via pertencimento.

A aprovação do meu pai era uma forma de alimento emocional. Eu queria ser reconhecida por ele. Queria ser vista como capaz. Queria ser aquela em quem ele confiava. Talvez porque, desde pequena, eu tivesse aprendido que ser amada dependia de ser útil, obediente e eficiente. Então eu me tornei exatamente isso. Uma menina que executava. Uma adolescente que resolvia. Uma filha que não perguntava.

Só que toda aliança tem um preço. Ao me alinhar com as ordens do meu pai, fui perdendo o amor da minha mãe e dos meus irmãos. Eles me viam como sua fiel escudeira. E talvez, em muitos momentos, eu tenha sido mesmo. Eu não conseguia perceber que estava sendo colocada contra as pessoas que mais poderia amar na vida. Não percebia que, ao ocupar o lugar de confiança dele, eu era afastada dos vínculos que poderiam me proteger. Não percebia que

o isolamento nem sempre acontece com portas trancadas. Às vezes, ele acontece quando alguém se torna a única fonte de aprovação, segurança e pertencimento.

Meu pai me isolou das pessoas que eu mais poderia amar. E eu aceitei esse isolamento acreditando que o amor dele me bastava. Essa talvez tenha sido uma das engrenagens mais profundas da minha vida. Eu não fui apenas ensinada a obedecer. Fui recompensada por obedecer. Fui reconhecida quando obedecia. Fui tratada como especial quando servia à lógica dele. E, aos poucos, tudo o que em mim poderia discordar foi ficando pequeno, envergonhado, silencioso. A menina que já havia aprendido a não gritar diante da violência aprendeu também a não perguntar diante da autoridade.

Quando penso na mulher adulta que assinava documentos sem ler, que confiava cegamente, que avalizava empréstimos, que permitia movimentações, que entregava patrimônio, que aceitava ordens sem perguntar origem, destino ou consequência, eu preciso voltar a essa menina. Porque ela não nasceu aos quarenta anos. Ela foi formada muito antes. Foi treinada, pouco a pouco, a acreditar que o amor vinha depois da obediência.

A mulher que demorou a dizer não ao pai foi, antes, a menina que não pôde dizer não a muitas coisas. Isso não me torna culpada. Essa é uma frase que preciso repetir para mim mesma enquanto escrevo. Entender o mecanismo não significa assumir a culpa pelo

abuso. Significa iluminar o caminho pelo qual ele entrou. Significa compreender que ninguém entrega sua liberdade de uma vez. Ninguém acorda adulta e decide abrir mão de si mesma. A submissão é construída. A confiança cega é cultivada. A obediência é premiada. O medo é educado.

Eu fui educada para obedecer. Fui educada para não questionar meu pai. Fui educada para acreditar que a harmonia da casa dependia da minha capacidade de executar sua vontade. Fui educada para ser adulta antes da hora. Fui educada para cuidar, resolver, mediar, convencer, proteger a imagem da família, proteger o conforto material, proteger o homem que deveria ter me protegido. E, no meio disso tudo, a minha infância foi ficando para trás.

Não me lembro de ter tido o direito pleno de ser apenas criança. Eu era criança quando fui ferida. Era criança quando aprendi a me calar. Era criança quando vi minha mãe adoecer. Era jovem demais quando assumi responsabilidades de casa. Era adolescente quando me tornei a extensão da vontade do meu pai. Era filha quando fui colocada no lugar de parceira. Era menina quando comecei a perder, sem perceber, a liberdade de pertencer a mim mesma.

Talvez por isso, anos depois, eu tenha me tornado uma mulher tão capaz de lutar pelos outros. Talvez eu tenha transformado em profissão aquilo que eu não consegui fazer por mim na infância.

Talvez cada mulher que defendi carregasse, sem saber, uma parte da menina que eu fui. Talvez eu tenha gritado nos processos porque não gritei quando deveria ter sido protegida. Talvez eu tenha enfrentado agressores porque, dentro de mim, ainda existia uma criança esperando que alguém finalmente enfrentasse os seus.

Mas também é verdade que essa mesma história me tornou vulnerável ao abuso mais difícil de reconhecer: aquele que vinha do homem que eu chamava de pai. Porque, para mim, meu pai não era apenas um pai. Ele era o centro da ordem. Era quem decidia. Era quem provia. Era quem aprovava. Era quem dizia o que deveria ser feito. Era quem me fazia sentir necessária. Era quem ocupava o lugar de segurança em uma casa onde a segurança emocional nunca foi plena.

Eu demorei a entender que ele não precisava gritar para comandar. Não precisava bater para controlar. Não precisava me prender para me isolar. Bastava que eu continuasse acreditando que o amor dele era o suficiente. Bastava que eu continuasse tentando merecer sua aprovação. Bastava que eu continuasse sendo a filha que não perguntava.

O silêncio começou cedo. Começou no corpo da criança que não sabia nomear a violência. Continuou na adolescente que sentia orgulho de ser útil. Cresceu na filha que se tornou a longa manus

do pai. Amadureceu na advogada que confiava mais nele do que em qualquer documento. Até que, um dia, esse silêncio cobrou seu preço.

Hoje, quando tento entender como cheguei àquela cama, tomada pelo pânico, com medo de perder meu nome, meu trabalho e minha reputação, sei que não posso olhar apenas para os últimos dois anos. Preciso olhar para a menina de sete. Preciso olhar para a filha que viu a mãe ser internada. Preciso olhar para a adolescente orgulhosa por ocupar um lugar que não era seu. Preciso olhar para a mulher que acreditou que ser escolhida pelo pai era uma forma de amor.

Porque antes do primeiro não, existiu uma vida inteira de sim. Sim para sobreviver. Sim para pertencer. Sim para ser amada. Sim para não perder o lugar. Sim para não provocar raiva. Sim para manter a paz. Sim para continuar sendo a filha especial. Sim para preservar a ilusão de que, se eu fizesse tudo certo, nada de ruim aconteceria comigo. Mas aconteceu.

E talvez a parte mais dolorosa de voltar à infância seja reconhecer que a violência não me encontrou adulta. Ela apenas me reencontrou. Ela já conhecia meu silêncio, minha obediência, minha necessidade de aprovação, minha capacidade de suportar, minha tendência de desaparecer de mim mesma quando o medo ficava grande demais.

O abuso que vivi na vida adulta não nasceu do nada. Ele encontrou uma estrada aberta desde muito cedo. Foi por essa estrada que meu pai caminhou, e foi por ela que, por tempo demais, eu deixei que ele entrasse.

CAPÍTULO QUATRO

A VERDADE TEM ASSINATURA



Depois de contar sobre o medo, a infância, o silêncio e a obediência, preciso chegar aos documentos, porque eles sempre serão meus aliados para mostrar a verdade. Não porque a minha dor precise de carimbo para existir, nem porque uma mulher só possa ser acreditada quando sua história vem acompanhada de papéis, datas, assinaturas e protocolos. A minha dor existe antes de qualquer documento. A minha história existe antes de qualquer boletim de ocorrência. A minha verdade existe antes de qualquer reconhecimento formal. Mas a violência patrimonial tem uma crueldade própria: quando ela termina, a vítima não carrega apenas trauma. Ela carrega dívidas, cobranças, bloqueios, processos, suspeitas, constrangimentos e versões cuidadosamente construídas para que pareça culpada pela própria destruição.

Escrevo este capítulo porque talvez um dia tentem reduzir minha história a uma notícia. Talvez tentem transformar meu nome em manchete. Talvez tentem resumir mais de quarenta anos de vida,

mais de vinte anos de carreira e uma história inteira de trabalho a uma acusação jogada no espaço público com a leveza perversa de quem sabe que, para destruir uma mulher, muitas vezes não é preciso provar nada. Basta insinuar. Basta lançar dúvida. Basta permitir que a pergunta fique pairando no ar: "E se ela também tiver culpa?" É assim que muitas reputações femininas são assassinadas antes mesmo que a verdade tenha tempo de chegar.

Talvez digam que me apropriei de valores. Talvez digam que administrei o que nunca administrei, que decidi o que nunca decidi, que comandeí o que nunca comandeí, que me beneficieí de algo que, na verdade, destruiu minha vida financeira. Talvez tentem apontar para minha assinatura como se assinatura fosse sempre liberdade, para minha conta como se titularidade fosse sempre comando, para minha obediência como se obediência construída durante uma vida inteira pudesse ser confundida com escolha livre. Mas a verdade tem assinatura, e é a ela que eu me agarro agora — não como quem se esconde atrás de papéis, mas como quem finalmente encontrou provas de que não enlouqueceu.

A violência patrimonial não destrói apenas contas bancárias. Ela destrói a confiança da mulher em si mesma. Ela transforma documentos em armadilhas, assinaturas em prisões, contas em instrumentos de controle, dívidas em coleiras e cobranças em mecanismos de humilhação. Ela faz com que uma mulher, depois de anos acreditando estar ajudando, descubra que seu nome foi

usado como escudo, sua credibilidade como ferramenta, seu patrimônio como combustível e sua obediência como prova contra ela. Quando essa mulher finalmente entende o que aconteceu, muitas vezes já está cercada por cobranças que não contraiu, valores que não recebeu, atos que não decidiu e consequências que recaem apenas sobre ela.

A ordem dos fatos importa. Ela importa porque vítimas de violência patrimonial costumam ser acusadas justamente quando deixam de ser úteis. Enquanto obedecem, servem. Enquanto assinam, facilitam. Enquanto confiam, sustentam. Enquanto silenciam, preservam a imagem de quem as controla. Mas, quando questionam, viram ameaça. Quando rompem, tornam-se culpadas. Quando passam a reunir provas, são chamadas de ingratas. Quando dizem não, descobrem que o amor prometido tinha cláusulas escondidas e que a punição pela desobediência pode ser a tentativa de destruição total.

Por isso, preciso organizar a linha do tempo. Não para transformar este livro em processo, nem para substituir o trabalho das autoridades, nem para entregar minha vida íntima à curiosidade pública. Preciso organizar a linha do tempo para impedir que minha história seja contada ao contrário por quem se beneficiou do meu silêncio. Antes de qualquer manchete, antes de qualquer acusação pública, antes de qualquer tentativa de transferir para

mim responsabilidades que não eram minhas, havia documentos. Havia datas. Havia assinaturas. Havia o reconhecimento escrito de que eu não comandava aquilo que hoje tentam colocar sobre mim.

Em 6 de dezembro de 2024, meu pai assinou documentos que, para mim, são mais do que papéis. São a prova de uma verdade que demorei tempo demais para conseguir dizer em voz alta. Em um deles, reconheceu que a gestão financeira do escritório era sua. Em outro, confessou dívidas milionárias que estavam em meu nome, mas que, segundo ele próprio declarou, eram de sua responsabilidade. Em outro, tratou dos honorários, dos créditos, dos clientes e da forma como os valores seriam usados para quitar dívidas e obrigações. Esses documentos não nasceram da minha crise. Não foram escritos pela minha dor. Não foram assinados depois de uma reportagem, de uma manchete ou de uma tentativa desesperada de defesa pública. Eles têm data, conteúdo, autoria e assinatura. E dizem algo simples: eu não era a responsável por aquilo que agora tentam jogar sobre mim.

Há algo de profundamente simbólico em ver a verdade escrita no mesmo mundo que foi usado para me prender. Durante anos, papéis me assustaram. Contratos, contas, dívidas, assinaturas, procurações, empréstimos, documentos bancários, notificações, execuções. Tudo parecia confirmar que eu estava cercada por uma estrutura maior do que eu — uma estrutura que usava meu nome, minha profissão e minha confiança contra mim. Mas esses

documentos mudam o sentido da história. Eles mostram que nem toda assinatura minha foi liberdade e que nem toda assinatura dele pode ser esquecida. Se minha assinatura foi usada para me comprometer, a assinatura dele agora registra aquilo que ele sabia: eu não conduzia sozinha a gestão financeira que me destruiu.

O boletim de ocorrência que registrei também não é um detalhe. Ele não é um enfeite na minha narrativa, nem uma reação impulsiva de quem decidiu se defender tarde demais. Ele é parte da minha tentativa de colocar a verdade diante das instituições competentes. Nele, eu figuro como vítima. Nele, está registrada a dinâmica de controle, a ausência de autonomia, a centralização das decisões financeiras por ele e o fato de que meu nome ficou exposto a execuções, representações e constrangimentos decorrentes de uma gestão que eu não comandava. Não afirmo isso apenas como filha ferida, nem apenas como mulher em pânico, nem apenas como advogada tentando salvar sua reputação. Afirmo isso porque os fatos foram levados às autoridades, e porque a verdade, quando documentada, deixa de depender apenas da memória de quem sofreu.

A parte mais cruel da violência patrimonial não é apenas perder dinheiro. É ver o agressor tentar transformar a vítima em responsável pelo próprio golpe. É ouvir que a mulher "assinou porque quis", "emprestou porque quis", "transferiu porque quis", "recebeu porque quis", como se décadas de obediência, medo,

dependência emocional, confiança familiar e condicionamento psicológico fossem anuladas pela formalidade de um ato. É assistir ao mundo perguntar por que ela não percebeu antes, por que não leu, por que não desconfiou, por que não perguntou, por que não saiu, por que não denunciou, como se a pergunta correta não fosse outra: quem construiu as condições para que ela não pudesse enxergar?

Eu assinei porque confiava. Eu obedeci porque fui treinada para obedecer. Eu executei porque, durante décadas, aprendi que questionar meu pai era uma forma de romper a relação. Eu calei porque, desde a infância, sobreviver parecia depender do silêncio. Eu aceitei porque o amor dele sempre me foi apresentado como recompensa por cumprir sua vontade. Mas executar ordens não é comandar. Ser titular formal de uma conta não é ser dona de uma decisão. Estar em um documento não significa ter sido beneficiária da violência. Uma mulher pode aparecer formalmente no centro de uma operação e, ainda assim, ser o instrumento mais vulnerável dela.

Essa é uma verdade difícil de explicar para quem nunca viveu abuso. O mundo gosta de vítimas perfeitas — vítimas que não assinam, não erram, não confiam, não hesitam, não demoram, não amam o agressor, não têm vínculos com ele, não dependem dele, não se confundem, não entram em contradição, não sentem culpa, não tentam resolver em família antes de denunciar. Mas vítimas

reais não cabem nesse molde. Vítimas reais, especialmente quando o agressor está dentro da própria casa, demoram a nomear a violência porque antes precisam sepultar a pessoa que acreditavam conhecer. Antes de denunciar um pai, uma filha tenta salvar o pai dentro dela. Antes de chamar de abuso, ela chama de fase, de dificuldade, de desorganização, de problema financeiro, de estresse, de mágoa, de conflito. A palavra violência costuma chegar depois de muitas tentativas fracassadas de chamar aquilo de outra coisa.

Não entrego minha vida íntima à curiosidade pública. Entrego o necessário para que a verdade não seja soterrada. Há documentos, há boletim de ocorrência, há declarações assinadas, há registros bancários, há conversas, há uma linha do tempo. O que for necessário às autoridades será entregue às autoridades. O que for necessário ao público será dito com responsabilidade. Mas não permitirei que a violência que já me tirou tanto também me tire o direito de responder. Não aceitarei que transformem meu silêncio em confissão, minha dor em fraqueza, minha demora em culpa e minha confiança em participação.

Por isso, repito: não devo, não me beneficiei e não me escondo. Essa frase não é um slogan, não é estratégia de imagem, não é frase de efeito para sobreviver a uma manchete. É o resumo do que os documentos demonstram e do que a minha história inteira explica. Eu não estou escrevendo este livro para fugir da verdade. Estou escrevendo porque, pela primeira vez, não aceito que a verdade fuja

de mim. Durante tempo demais, outras pessoas deram nome aos meus silêncios. Durante tempo demais, obedeci a versões que não eram minhas. Durante tempo demais, tentei preservar a imagem de quem não preservou a minha vida. Agora, quando tentam me atribuir atos que não pratiquei, eu escolho responder com aquilo que sempre deveria ter me protegido: a verdade.

Durante anos, obedeci ao homem que eu chamava de pai. Hoje, preciso enfrentar o homem que tenta usar essa obediência contra mim. Essa talvez seja a travessia mais dolorosa da minha vida, porque não se trata apenas de um conflito jurídico, financeiro ou profissional. Trata-se de enfrentar o luto de uma ilusão. Eu não estou apenas discutindo documentos. Estou enterrando a ideia de que meu pai jamais me colocaria em risco. Estou enterrando a fantasia de que o amor dele me protegeria da sua violência. Estou enterrando a esperança infantil de que, em algum momento, ele olharia para mim e escolheria ser pai antes de escolher ser poder.

Não esperava enfrentar o patriarcado sem sofrer consequências. Nenhuma mulher atravessa uma estrutura de poder sem que essa estrutura tente fazê-la pagar. Eu não conheço, na história, mulher que tenha enfrentado o patriarcado, denunciado abusos, rompido pactos de silêncio, desafiado homens poderosos ou recusado o lugar de obediência sem pagar algum preço. Às mulheres que dizem não, costuma-se cobrar caro. Cobra-se reputação, sanidade, maternidade, carreira, credibilidade, beleza,

sexualidade, passado, intenção, palavra. Quando uma mulher enfrenta um homem, raramente investigam apenas os fatos. Investigam sua vida inteira, sua roupa, seus relacionamentos, suas emoções, seus erros, sua forma de falar, seu tom de voz, sua demora, sua coragem e até sua dor.

Eu sabia disso como advogada. Vi isso acontecer com minhas clientes inúmeras vezes. Vi mulheres violentadas serem colocadas no banco dos réus da opinião pública. Vi mães serem acusadas de alienação quando tentavam proteger filhos. Vi esposas serem chamadas de interesseiras quando denunciavam violência patrimonial. Vi vítimas de agressão serem questionadas sobre o que fizeram para provocar. Vi mulheres abusadas serem obrigadas a provar não apenas o fato, mas a pureza absoluta da própria alma. Eu sabia que o patriarcado raramente permite que uma mulher conte sua história sem tentar transformá-la em suspeita.

Ainda assim, quando chegou a minha vez, doeu como se eu não soubesse. Doeu porque saber não impede o choque. Doeu porque estudar violência não nos torna imunes à violência. Doeu porque defender mulheres não me blindou contra a mesma máquina que tentou destruí-las. Doeu porque eu conhecia a lógica, mas não imaginava que ela teria o rosto do meu pai. Doeu porque, mesmo sabendo que agressores invertem narrativas, eu ainda desejava, em algum lugar dentro de mim, que ele não fizesse isso comigo.

Mas se este for o preço da minha liberdade, eu vou pagar. Não com silêncio, não com submissão, não com vergonha e não com a aceitação de uma culpa que não é minha. Eu vou pagar o preço de ser chamada de ingrata por ter rompido, de ser chamada de culpada por ter confiado, de ser chamada de fraca por ter demorado, de ser chamada de oportunista por ter denunciado. Vou pagar o preço de ver meu nome questionado, minha trajetória colocada sob suspeita e minha dor tratada como estratégia. Mas não vou pagar com a minha verdade. Essa eu não entrego.

A liberdade, às vezes, cobra juros altíssimos. Para algumas mulheres, ela custa uma casa. Para outras, custa uma família. Para outras, custa amigos, patrimônio, reputação, noites de sono, anos de reconstrução. A minha liberdade está custando o enfrentamento de uma vida inteira de obediência. Está custando o rompimento com o homem que eu coloquei no lugar de mestre, inspiração e porto seguro. Está custando a destruição da fantasia de que bastava fazer tudo certo para ser protegida. Mas, por mais caro que seja, ainda é mais barato do que continuar pagando com a minha alma pela manutenção do abuso.

Não vou me silenciar. A verdade precisa aparecer — não apenas por mim, mas para que nenhuma mulher tenha vergonha de sofrer violência. A vergonha nunca deveria estar na vítima. A vergonha não é de quem confiou. Não é de quem demorou a perceber. Não é de quem assinou sob influência de uma vida inteira

de obediência. Não é de quem amou o agressor. Não é de quem tentou salvar a família antes de salvar a si mesma. A vergonha pertence a quem violenta, a quem manipula, a quem usa, a quem se beneficia, a quem inverte a culpa e a quem tenta destruir uma mulher quando ela finalmente decide sair.

Eu quero que este livro seja resposta, mas também quero que seja esperança. Resposta para quem tentar me reduzir a uma acusação. Esperança para a mulher que ainda está dentro da violência e não consegue nomeá-la. Resposta para quem quiser transformar minha história em manchete. Esperança para a mulher que tem medo de ser desacreditada. Resposta para quem disser que documentos formais bastam para provar consentimento. Esperança para a mulher que assinou, transferiu, emprestou, cedeu, obedeceu e agora se pergunta como pôde permitir tanto.

Se tentarem me transformar em notícia, que este livro exista como resposta. Se tentarem me reduzir a uma acusação, que estas páginas mostrem o caminho inteiro. Se tentarem dizer que fui autora daquilo que me destruiu, que os documentos digam o que minha voz já não aceitará calar. Se tentarem usar minha obediência contra mim, que a minha história explique como a obediência foi construída. Se tentarem transformar minha confiança em culpa, que cada capítulo mostre o preço que paguei por confiar. Se

tentarem me destruir, que encontrem uma mulher que, depois de perder quase tudo, finalmente entendeu que ainda possui o essencial: a própria voz.

Não serei destruída por ilações sem prova. Não aceitarei que a conveniência de outro homem substitua os documentos que ele mesmo assinou. Não aceitarei que minha reputação seja tratada como dano colateral de uma narrativa falsa. Não aceitarei que minha história seja resumida ao último ataque de quem se beneficiou do meu silêncio por tempo demais. A verdade pode demorar, pode ser atacada, pode ser distorcida, pode ser colocada sob suspeita, mas ela tem uma força que a mentira não possui: ela não precisa mudar de versão para sobreviver.

Aos clientes que foram lesados por uma gestão que eu não comandava, reafirmo meu compromisso com a justiça. A minha defesa não diminui a dor de ninguém. Eu sei que há pessoas feridas, pessoas que esperam respostas, pessoas que também carregam prejuízos e indignação. A violência patrimonial, quando se espalha, não atinge apenas a mulher usada como instrumento. Ela deixa rastros em terceiros, em clientes, em famílias, em relações profissionais, em histórias que também merecem reparação. Por isso, minha busca pela verdade não é apenas sobre limpar meu nome. É também sobre colocar cada responsabilidade no lugar correto, para que a justiça não seja substituída por conveniência.

Às mulheres que lerem este livro, eu quero dizer: não tenham vergonha de ter sofrido violência. Tenham cuidado, busquem apoio, guardem documentos, escutem os sinais do corpo, desconfiem do medo que aparece quando vocês pensam em fazer uma pergunta simples. Não aceitem que amor seja usado como justificativa para controle. Não aceitem que confiança exija cegueira. Não aceitem que família seja argumento para submissão. Não aceitem que a provisão material apague a ausência de proteção. Não aceitem que alguém transforme sua assinatura em arma contra vocês sem que a história inteira seja contada.

Eu começo este livro na cama, em pânico, tomada pelo medo de perder meu nome. Eu atravesso a saída do escritório, volto à infância, encontro a menina que aprendeu a se calar e chego agora aos documentos — não como quem termina uma história, mas como quem recupera o direito de narrá-la. Talvez ainda haja processos, acusações, reportagens, perguntas, dúvidas e tentativas de destruição. Talvez ainda haja noites em que o medo volte a sentar ao meu lado. Mas existe uma diferença entre a mulher que começou este livro e a mulher que escreve este capítulo: a primeira temia que a verdade não bastasse; a segunda sabe que, mesmo quando a verdade demora, ela precisa ser dita.

A verdade tem assinatura. Tem data. Tem documento. Tem registro. Tem memória. Tem corpo. Tem voz. E, desta vez, a minha voz não será usada para repetir ordens, acalmar conflitos, convencer

mulheres a assinarem documentos que não queriam assinar ou proteger a imagem de quem me feriu. Desta vez, a minha voz servirá a mim. Servirá às mulheres que ainda não conseguiram dizer não. Servirá àquelas que foram ensinadas a obedecer e agora precisam aprender a duvidar. Servirá às que ainda têm vergonha de contar. Servirá às que foram chamadas de loucas, ingratas, interesseiras, mentirosas ou culpadas.

Durante muito tempo, eu achei que precisava ser forte para sobreviver. Hoje, entendo que também preciso ser livre. E liberdade, para mim, começa aqui: não aceitar culpa que não é minha, não carregar crime que não cometi, não proteger agressor para preservar aparência de família, não permitir que o medo escreva a última página da minha história. Se o preço da liberdade é enfrentar o patriarcado, eu enfrento. Se o preço é suportar ataques, eu suporto. Se o preço é ver meu nome colocado em dúvida até que os documentos falem, eu espero. Mas não me calo.

Porque a mulher que aprendeu a desaparecer para sobreviver finalmente decidiu aparecer para se salvar. Porque a filha que obedecia agora pergunta. Porque a advogada que defendia todas as outras agora também se defende. Porque a menina que ninguém protegeu cresceu, encontrou documentos, encontrou coragem e encontrou voz. E porque, por mais que tentem contar essa história ao contrário, eu sei o caminho inteiro.

A verdade tem assinatura. E eu tenho voz.